

#### ASSESSORIA JURÍDICA

#### PARECER JURÍDICO

**Referência:** Projeto de Lei nº. 27, de 11 de abril de 2025.

Autoria: Poder Executivo Municipal

**Ementa:** "Altera a redação da Lei Municipal nº 3.725 de 04 de abril de 2025."

#### I - RELATÓRIO

Foi encaminhado à Assessoria Jurídica desta Casa, para emissão de parecer, o Projeto de Lei nº. 27 de 11 de abril de 2025, de autoria do Poder Executivo Municipal, que tem como objetivo autorização legislativa para alterar a redação da Lei Municipal nº 3.725 de 04 de abril de 2025

Trata-se de Projeto de Lei do Executivo Municipal que visa incluir prêmios, enriquecendo a diversidade de possibilidades e incentivando a população a exigir sua nota fiscal no ato da compra nos estabelecimentos de nosso município.

A alteração pretendida contempla a modificação da redação do artigo 7º, que atualmente possui a seguinte redação:

**Art.** 7º Os prêmios a serem sorteados serão:

03 Air Fryers

03 Bicicletas Aro 26

03 TV's 32 Polegadas

02 Batedeiras

02 Liquidificadores

01 Freezer Horizontal 220 Litros



- 01 Freezer Vertical 231 Litros
- 01 Ar-condicionado 12 Mil BTUS
- 01 Ar-condicionado 9 Mil BTUS
- 01 Máquina de Lavar 13 KG
- 01 Máquina de Lavar Tanquinho
- 01 Churrasqueira Portátil Giratória com 5 espetos
- 01 Smartphone
- 01 Forno Elétrico
- 01 Micro-ondas
- 01 Jogo de Panelas
- 01 Fogão a gás 05 bocas
- 01 Garrafa Térmica 02 Litros
- 01 Jarra Elétrica
- 01 Mateira

18 vale compras no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) cada, disponibilizados pela CDL (para compras em seus associados).

Com a alteração, o referido artigo passará a viger com a seguinte redação:

- Art. 7º Os prêmios a serem sorteados serão:
- a) 03 Air Fryers de 05 litros
- b) 03 Bicicletas Aro 26
- c) 03 TV's 32 Polegadas
- d) 02 TV's 43 Polegadas
- e) 02 Batedeiras



- f) 02 Liquidificadores
- g) 01 Freezer Horizontal 205 Litros
- h) 01 Freezer Vertical 197 Litros
- i) 01 Ar-condicionado 12 Mil BTUS
- j) 01 Ar-condicionado 9 Mil BTUS
- k) 01 Máquina de Lavar 13 KG
- 1) 01 Máquina de Lavar Tanquinho
- m) 01 Churrasqueira Portátil Giratória com 5 espetos
- n) 01 Smartphone
- o) 01 Forno Elétrico de 60 litros
- p) 01 Micro-ondas de 30 litros
- q) 01 Jogo de Panelas com 5 peças
- r) 01 Fogão a gás 05 bocas
- s) 01 Garrafa Térmica 1,8 Litros
- t) 01 Jarra Elétrica
- u) 18 vale compras no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) cada, disponibilizados pela CDL (para compras em seus associados).

É o sucinto relatório.

Passo a análise jurídica.



#### II - ANÁLISE JURÍDICA

Trata-se de análise jurídica de Projeto de Lei do Poder Executivo para alterar lei anterior e incluir premiação na campanha "Nota Fiscal dá prêmios 2025", que visa aumentar a arrecadação do Município de Barracão.

Compulsando o Projeto de Lei, observa-se que a matéria em análise é de interesse local, de competência do Município, dispondo este de ampla competência para regulamentá-la, pois foi dotado de autonomia administrativa e legislativa, conforme disposto no artigo 12, inciso I de sua Lei Orgânica, que assim estabelece:

Art. 12. Ao Município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições:

I - legislar sobre assuntos de interesse local.

Ademais, está dentro da competência do Município, conforme o artigo 30 da Constituição Federal, que assegura aos Municípios a possibilidade de legislar sobre questões de interesse local.

Neste diapasão, a criação de uma campanha de premiação vinculada à exigência de documentos fiscais está amparada pela legalidade, uma vez que não fere qualquer princípio constitucional, desde que as premiações sejam distribuídas de acordo com critérios estabelecidos e os recursos financeiros para a implementação da campanha estejam adequadamente previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) do Município.

Em análise a questão, verifica-se que o mesmo versa sobre matéria de competência do Município em face do interesse local, sendo assim, não consta vício de iniciativa que macule o presente Projeto de Lei.



#### III - CONCLUSÃO

ISTO POSTO, do ponto de vista da juridicidade e técnica legislativa, esta 7Assessoria Jurídica OPINA s.m.j. pela viabilidade técnica do Projeto de Lei 27/2025, bem como, entende que os argumentos acima suscitados, neste projeto estão enquadrados dentro dos limites Constitucionais, restando assim amparados e resguardados os direitos desta Casa Legislativa e dos nobres Vereadores, de forma que somos de parecer favorável que o mesmo vá a deliberação e posterior votação dentro dos limites de livre convencimento de cada Vereador.

É o Parecer.

Barração/RS, 14 de abril de 2025.

Caciane Bortolini Corso Assessora Jurídica - OAB/RS 85.357